

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

### EXERCÍCIO DE 2018

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

LEI Nº 1.272/2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Penha/MG, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I – as metas e as prioridades da administração pública municipal;
- II – as orientações básicas para a elaboração da lei orçamentária anual;
- III – as disposições sobre a política de pessoal e de serviço extraordinário;
- IV – as disposições sobre as receitas, as alterações na legislação tributária e as medidas de combate à evasão e à sonegação;
- V – o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – os critérios e as formas de limitação de empenho;
- VII – as normas relativas a controle de custos e a avaliação de resultados de programas financiados com recursos orçamentários;
- VIII – as condições e as exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – a autorização para auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes de federação;
- X – os parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – a definição de critério para o início de novos projetos;
- XII – a definição de despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – o incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

**CAPÍTULO II**

**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**SEÇÃO I**

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

**AS METAS E AS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º Em consonância com o disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do município, as ações relativas à manutenção e ao funcionamento dos órgãos da administração direta, e as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018, correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2018–2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2018 deverá ser elaborado em consonância com as metas e as prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2018 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º. Excepcionalmente, por ser o primeiro ano de mandato, considerando que o Plano Plurianual será elaborado até 30 de agosto de 2017, o anexo de metas e prioridades será apresentado no mesmo período, como uma lei aditiva a esta lei.

**SEÇÃO II**

**AS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

**SUBSEÇÃO I**

**DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta lei, serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2018 a 2021.

Art. 4º O orçamento fiscal discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º O orçamento fiscal compreenderá a programação do Poder Executivo e Legislativo, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão central de contabilidade do município.

Art. 6º O projeto da lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22º da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto da lei orçamentária de 2018, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2017, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto da lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento na base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta lei.

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 10. A lei orçamentária discriminará as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, controle, e centralização, os órgãos da administração pública municipal, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios, à apreciação da Procuradoria Municipal.

## SUBSEÇÃO II

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA E AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 11. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para o pagamento da dívida.

§ 2º O município subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal e suas alterações, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 12. Na lei orçamentária para o exercício de 2018, as despesas com amortizações, juros, e demais encargos da dívida, serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 13. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

## SUBSEÇÃO III

### DA DEFINIÇÃO DO MONTANTE E DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, e será equivalente a no máximo 5% da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

## SEÇÃO III

### AS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL E DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

## SUBSEÇÃO I

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL E DE ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remunerações, criações de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal.

**SUBSEÇÃO II**

**DA PREVISÃO PARA A CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE HORAS EXTRAS**

Art. 17. Se durante o exercício de 2018, a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal, e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara, conforme Estatuto dos Servidores.

**SEÇÃO IV**

**AS DISPOSIÇÕES SOBRE AS RECEITAS, ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E AS MEDIDAS DE COMBATE A EVASÃO E A SONEGAÇÃO**

Art. 18. A estimativa da receita que constará do projeto da lei orçamentária para o exercício de 2018, com vistas à expansão da base tributária, e consequente aumento das receitas próprias, contemplará as medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação, e julgamento dos processos tributários administrativos, por meio da revisão e da racionalização das rotinas e dos processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos, e a eficiência na prestação de serviços, visando à racionalização, simplificação, e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança, e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aplicação das penalidades fiscais, como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 19. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior, levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização, ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculos, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria, com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 20. O projeto que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21. Na estimativa das receitas do projeto da lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária, que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2018.

§ 2º No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

## SEÇÃO V

### O EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 22. A elaboração do projeto, a aprovação, e a execução orçamentária, serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário, necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta lei.

Art. 23. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita, ou aumento de despesa, no exercício de 2018, deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita, ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2018 a 2020, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa, sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 24. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas, deverão levar em conta as seguintes medidas:

I – para a elevação das receitas:

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

- a) a implementação das medidas previstas nos artigos 17 e 18 desta lei,
- b) a atualização do cadastro imobiliário,
- c) o chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa e posterior execução fiscal.

II – para a redução das despesas:

- a) a utilização da modalidade de licitação denominada pregão e a implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra, e evitar a cartelização dos fornecedores,
- b) a revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

#### SEÇÃO VI

##### OS CRITÉRIOS E AS FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 25. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo procederá à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada com base no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2018, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

Parágrafo único. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas com pessoal e encargos sociais, as despesas com benefícios previdenciários, as despesas com amortização, juros e encargos da dívida, as despesas com pasep, as despesas com pagamentos de precatórios e sentenças judiciais, as demais despesas que constituam obrigação constitucional legal.

#### SEÇÃO VII

##### AS NORMAS RELATIVAS A CONTROLE DE CUSTOS E A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 26. O Poder Executivo realizará estudos, visando à definição de sistema de controle de custos, e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 27. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos, e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A lei orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais, deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º Merecerá destaque, o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira, e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação, e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos, e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

#### SEÇÃO VIII

##### AS CONDIÇÕES E AS EXIGÊNCIAS PARA AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 28. A destinação de recursos públicos para cobrir as necessidades de pessoas físicas ou jurídicas, deverá ser autorizada por lei



**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA**  
**PARA SIMPLES CONFERÊNCIA**  
**Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

específica, atender as disposições especificadas nesta lei, estar prevista no orçamento e em seus créditos adicionais, e acontecer sob as seguintes modalidades orçamentárias: auxílio, contribuição e subvenção.

Art. 29. A concessão de auxílio, contribuição e subvenção social será concedida com a estrita observação dos seguintes aspectos:

- I – apresentação da lei que a declare como entidade de utilidade pública;
- II – apresentação da declaração de efetivo funcionamento de no mínimo um ano, emitida por autoridade local;
- III – apresentação do comprovante de regularidade do mandato da diretoria;
- IV – apresentação do comprovante da atividade de natureza continuada;
- V – apresentação de certificado de adimplência fiscal;
- VI – ser entidade sem fins lucrativos;
- VII – celebração de convênio definindo a regência do objeto pactuado;
- VIII – apresentação do plano de trabalho;
- IX – apresentação da prestação de conta do recurso recebido, submetendo-se a fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos;
- X – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente.

§ 1º Para a concessão de subvenção social ainda deverá ser observado:

- I – a destinação para a cobertura de despesa corrente (custeio);
- II – ser entidade sem fim lucrativo na área de assistência social, saúde e educação, de atendimento direto e gratuito ao público, colocando à disposição da comunidade bem e serviço, existindo assim a contraprestação de serviço.

§ 2º Para a concessão de auxílio ainda deverá ser observado:

- I – a destinação para a cobertura para despesa de capital (investimento);
- II – ser entidade sem fim lucrativo, cujo recurso seja exclusivamente para cobrir despesa de investimento, independente da contraprestação direta de bem e serviço.

§ 3º Para a concessão de contribuição ainda deverá ser observado:

- I – a destinação para a cobertura para despesa corrente (custeio) e ou para despesa de capital (investimento);
- II – ser entidade sem fim lucrativo, cujo recurso seja para despesa corrente ou capital, independente da contraprestação direta de bem e serviço, e não seja reembolsável pelo receptor.

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

Art. 30. A subvenção econômica é concedida à empresa pública ou privada, de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, com fim lucrativo, sendo destinada para cobrir déficit de manutenção ou de funcionamento de empresa pública, para cobrir a diferença entre o preço de mercado e o preço de revenda pelo governo de gênero alimentício ou outro material, para pagamento de bonificação a produtor de determinado gênero ou material, de acordo com o artigo 19 da lei nº 4.320/64, devendo ser autorizada por meio de lei especial.

Art. 31. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo, as caixas escolares da rede pública municipal de ensino, que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 32. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e sejam observadas as condições definidas em lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo, não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 33. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, calculada de acordo com o limite de repasse legal.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

#### SEÇÃO IX

##### A AUTORIZAÇÃO PARA AUXILIAR O CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DE FEDERAÇÃO

Art. 34. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica, e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo, deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, e o artigo 62 da Lei Complementar 101/00.

#### SEÇÃO X

##### OS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 35. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, a divulgação no órgão oficial de publicação, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2018:

I – das metas bimestrais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – da programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – do cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

#### SEÇÃO XI

##### A DEFINIÇÃO DE CRITÉRIO PARA O INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

Art. 36. Além da observância das metas e das prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta lei, a lei orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão novos projetos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018 a 2021 e com as normas desta lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a convênios de recursos federais e estaduais, bem como a contrapartida exigida, ou ainda de operações de crédito;

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2018, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2017.

#### SEÇÃO XII

##### A DEFINIÇÃO DE DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 37. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16º da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### SEÇÃO XIII

##### O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 38. O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício financeiro de 2018, deverá assegurar a transparência na elaboração e na execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes, às informações relativas ao orçamento.

#### SEÇÃO XIV

##### AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 40. O Município poderá realizar, no curso da execução orçamentária, a inclusão de outras fontes de recursos e a alteração do

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA  
PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

código da fonte e destinação de recursos aprovados na Lei Orçamentária de 2018, para atender às suas peculiaridades.

§ 1º Não se considera abertura de crédito adicional suplementar a modificação do código da fonte e destinação de recursos de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As modificações de que trata o caput deste artigo serão efetuadas por ato do Chefe do Executivo, devidamente justificadas, observando-se o padrão estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, obedecendo ainda às normas sobre a matéria editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 41. Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de dez por cento do total da despesa fixada, utilizando-se dos recursos estabelecidos no art. 43 da Lei Federal 4.320/64;

II - Realizar operações de créditos por antecipação da receita, com finalidade manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis a matéria.

Art. 42. A abertura de créditos especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 43. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 44. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 45. Se o projeto de lei orçamentária de 2018 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – pasep;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município;

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2018, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA**  
**PARA SIMPLES CONFERÊNCIA**  
**Sistema de Informações Municipais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018**

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do artigo 44, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2018, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 46. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais;

Art. 47. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus da Penha, 14 de junho de 2017.

  
NEI ANDRÉ FREIRE

Prefeito Municipal

# ANEXO DE METAS FISCAIS

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA**

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS  
2018**

AMF - Demonstrativo 1 ( LRF, art. 4º, § 1º )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	VALOR	VALOR	% PIB	VALOR	VALOR	% PIB	VALOR	VALOR	% PIB
	CORRENTE ( a )	CONSTANTE	*	CORRENTE ( b )	CONSTANTE	*	CORRENTE ( c )	CONSTANTE	*
Receita Total	20.102.163,89	19.144.917,99	0,00	21.107.272,17	19.144.918,07	0,00	22.034.451,75	19.034.187,88	0,00
Receitas Primárias ( I )	18.270.575,39	17.400.547,99	0,00	19.184.104,21	17.400.548,04	0,00	20.015.125,46	17.289.817,91	0,00
Despesa Total	20.102.163,89	19.144.917,99	0,00	21.107.272,17	19.144.918,07	0,00	12.036.015,78	10.397.162,97	0,00
Despesas Primárias ( II )	19.996.563,89	19.044.346,56	0,00	20.996.422,17	19.044.373,85	0,00	11.919.623,28	10.296.618,75	0,00
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-1.725.988,50	-1.643.798,57	0,00	-1.812.317,96	-1.643.825,81	0,00	8.095.502,18	6.993.199,16	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-10.836.763,85	-10.320.727,48	0,00	-10.836.763,85	-9.829.264,26	0,00	-10.836.763,85	-9.361.204,06	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP ( VI )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* Valor Corrente / PIB x 100

**PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS )**

2018	2019	2020
0,00	0,00	0,00

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO - VALORES PREVISTOS ( EM % )**

2018	2019	2020
5,00	5,00	5,00

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2018**

AMF - Demonstrativo 2 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I ) Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		VARIÇÃO	
	EM 2016 - ( a )	% PIB	EM 2016 - ( b )	% PIB	( c ) = ( b - a )	% ( c / a ) * 100
Receita Total	17.451.735,00	0,00	18.540.970,30	0,00	1.089.235,30	6,24
Receitas Primárias ( I )	15.793.535,00	0,00	16.632.693,28	0,00	839.158,28	5,31
Despesa Total	17.451.735,00	0,00	0,00	0,00	-17.451.735,00	-100,00
Despesas Primárias ( II )	17.359.990,00	0,00	0,00	0,00	-17.359.990,00	-100,00
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-1.566.455,00	0,00	16.632.693,28	0,00	18.199.148,28	-1.161,80
Resultado Nominal	-1.187.657,99	0,00	-1.084.444,28	0,00	103.213,71	-8,69
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-10.838.763,85	0,00	-10.836.763,85	0,00	0,00	0,00

**PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - EXERCÍCIO DE 2016 ( EM REAIS )**

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
0,00	0,00

### Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que o objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também se considerou a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual se efetivou de modo esperado, sendo, portanto, suficiente para realizar parte dos programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que se consideraram prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF e demais legislações.



MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2018

AMF - Demonstrativo 3 ( LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II )

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						Valores em R\$1,00	
	2015	2016	%	2017	2018	%	2019	%
Receita Total	17.255.080,00	17.451.735,00	1,14	18.819.700,00	20.102.163,89	6,81	21.107.272,17	5,00
Receitas Primárias ( I )	15.371.180,00	15.793.535,00	2,75	17.138.200,00	18.270.575,39	6,61	19.184.104,21	5,00
Despesa Total	17.255.080,00	17.451.735,00	1,14	18.819.700,00	20.102.163,89	6,81	21.107.272,17	5,00
Despesas Primárias ( II )	17.188.080,00	17.359.990,00	1,00	18.704.700,00	19.996.563,89	6,91	20.996.422,17	5,00
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-1.816.900,00	-1.566.455,00	-13,78	-1.566.500,00	-1.725.988,50	10,18	-1.812.317,96	5,00
Resultado Nominal	-644.096,75	-1.187.657,99	84,39	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Dívida Consolidada Líquida	-9.649.105,86	-10.836.763,85	12,31	-10.836.763,85	-10.836.763,85	0,00	-10.836.763,85	0,00

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						Valores em R\$1,00	
	2015	2016	%	2017	2018	%	2019	%
Receita Total	19.257.445,76	18.324.321,75	-4,85	18.819.700,00	19.144.917,99	1,73	19.144.918,07	0,00
Receitas Primárias ( I )	17.154.928,58	16.583.211,75	-3,33	17.138.200,00	17.400.547,99	1,53	17.400.548,04	0,00
Despesa Total	19.257.445,76	18.324.321,75	-4,85	18.819.700,00	19.144.917,99	1,73	19.144.918,07	0,00
Despesas Primárias ( II )	19.182.670,74	18.227.989,50	-4,98	18.704.700,00	19.044.346,56	1,82	19.044.373,85	0,00
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-2.027.742,16	-1.644.777,75	-18,89	-1.566.500,00	-1.643.798,57	4,93	-1.643.825,81	0,00
Resultado Nominal	-718.840,96	-1.247.040,89	73,48	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Dívida Consolidada Líquida	-10.768.836,35	-11.378.602,04	5,66	-10.836.763,85	-10.320.727,48	-4,76	-9.829.264,28	-4,76

ÍNDICES DE INFLAÇÃO ( EM % )

	2016	2017	2018	2019
2015	6,29	5,00	5,00	5,00
10,67				

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2018

AMF - Demonstrativo 4 ( LRF, art . 4º, § 2º, inciso III )

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014	
		%		%		%
Patrimônio / Capital	11.293.988,52	100,00	11.414.395,07	100,00	10.941.423,79	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.293.988,52</b>	<b>100,00</b>	<b>11.414.395,07</b>	<b>100,00</b>	<b>10.941.423,79</b>	<b>100,00</b>

  

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014	
		%		%		%
Patrimônio	1.487.012,08	100,00	605.152,85	100,00	1.017.693,54	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.487.012,08</b>	<b>100,00</b>	<b>605.152,85</b>	<b>100,00</b>	<b>1.017.693,54</b>	<b>100,00</b>

**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA**

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**2018**

AMF - Demonstrativo 5 ( LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III )	Valores em R\$1,00		
RECEITAS REALIZADAS	2016 ( a )	2015 ( b )	2014 ( c )
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( I )	444.234,67	421.507,63	74.197,00
Alienação de bens Móveis	75.160,00	0,00	74.197,00
Alienação de bens Imóveis	369.074,67	421.507,63	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2016 ( d )	2015 ( e )	2014 ( f )
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( II )	882.764,32	82.933,35	0,00
Despesas de Capital	882.764,32	82.933,35	0,00
Investimentos	882.764,32	82.933,35	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2016 ( g ) = ( Ia - II d + III h )	2015 ( h ) = ( Ib - II e + III i )	2014 ( i ) = ( Ic - II f )
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )	413.144,78	74.570,50	373,50
VALOR ( IV ) = ( I - II + III )	-25.384,87	413.144,78	74.570,50

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO 6 - RECEITAS, DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
**2018**

AMF - Demonstrativo 6 ( LRF , art . 4º, § 2º, Inciso IV , alínea a )	Valores em R\$1,00		
RECEITAS	2014	2015	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS ) ( I )	2.283.357,82	1.755.243,18	1.943.425,15
RECEITAS CORRENTES	2.263.357,82	1.755.243,18	1.943.425,15
Receita de Contribuições dos Segurados	440.086,98	427.107,06	588.118,73
Pessoal Civil	440.086,98	427.107,06	588.118,73
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.809.901,65	1.283.787,82	1.289.133,25
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	33.369,19	44.348,30	66.173,17
Compensação Prev Reg Geral e Reg Pro Prev Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	33.369,19	44.348,30	66.173,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( INTRA - ORÇAMENTÁRIAS ) ( II )	557.195,90	696.655,54	1.232.514,96
RECEITAS CORRENTES	557.195,90	696.655,54	1.232.514,96
Receita de Contribuições dos Segurados	557.195,90	696.655,54	1.232.514,96
Pessoal Civil	557.195,90	696.655,54	1.232.514,96
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( III ) = ( I + II )</b>	<b>2.840.553,72</b>	<b>2.451.898,72</b>	<b>3.175.940,11</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS ) ( IV )	51.704,73	68.144,37	71.586,26
ADMINISTRAÇÃO	51.704,73	68.144,37	71.586,26
Despesas Correntes	51.704,73	68.144,37	71.586,26
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	1.005.173,08	1.300.460,02	1.606.917,25
Pessoal Civil	884.915,44	1.145.159,57	1.472.614,72
Outras Despesas Previdenciárias	120.257,64	155.300,45	134.302,53
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( INTRA - ORÇAMENTÁRIAS ) ( V )	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ( VI ) = ( III + V )</b>	<b>1.056.877,81</b>	<b>1.368.604,39</b>	<b>1.678.603,51</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( VII ) = ( III - VI )</b>	<b>1.783.675,91</b>	<b>1.083.294,33</b>	<b>1.497.436,60</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

### DEMONSTRATIVO 6 - RECEITAS, DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

2018

AMF - Demonstrativo 6 ( LRF , art. 4º, § 2º, inciso IV , alínea a )					Valores em R\$1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS VALOR ( a )	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS VALOR ( b )	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO VALOR ( c ) = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( d ) = ( "d" EXERC ANTERIOR ) + ( c )	
2017	2.339.273,81	1.350.261,74	989.012,07	11.213.013,57	
2018	2.538.111,36	1.365.774,46	1.172.336,90	12.385.350,47	
2019	2.750.565,75	1.438.334,69	1.312.231,06	13.697.581,53	
2020	2.974.008,55	1.457.348,04	1.516.661,51	15.214.243,04	
2021	3.212.473,63	1.520.838,34	1.691.635,49	16.905.878,53	
2022	3.484.170,61	1.729.471,20	1.734.699,41	18.640.577,94	
2023	3.678.400,61	1.809.070,61	1.869.330,00	20.509.907,94	
2024	3.833.029,29	1.979.812,57	1.853.216,72	22.363.124,66	
2025	3.970.247,25	2.026.952,87	1.943.294,38	24.306.419,04	
2026	4.113.130,11	2.127.924,31	1.985.205,80	26.291.624,84	
2027	4.298.780,50	2.268.965,92	1.989.824,58	28.281.449,42	
2028	4.404.993,51	2.324.837,61	2.080.155,90	30.361.605,32	
2029	4.556.884,53	2.449.321,77	2.107.562,76	32.469.168,08	
2030	4.710.690,78	2.669.195,89	2.041.494,79	34.510.662,87	
2031	4.860.806,47	2.755.567,33	2.105.239,14	36.615.902,01	
2032	5.015.023,08	2.870.414,21	2.144.608,87	38.760.510,88	
2033	5.171.880,91	2.994.480,82	2.177.400,09	40.937.910,97	
2034	5.330.988,01	3.067.336,87	2.263.651,14	43.201.562,11	
2035	5.495.554,82	3.218.608,69	2.276.946,13	45.478.508,24	
2036	5.661.206,79	3.284.472,53	2.376.734,26	47.855.242,50	
2037	5.833.136,41	3.400.797,83	2.432.338,58	50.287.581,08	
2038	6.008.695,55	3.500.376,46	2.508.319,09	52.795.900,17	
2039	6.189.109,70	3.653.701,73	2.535.407,97	55.331.308,14	
2040	6.371.448,33	3.724.670,75	2.646.777,58	57.978.085,72	
2041	6.560.771,29	3.860.084,01	2.700.687,28	60.678.773,00	
2042	6.753.833,99	3.905.481,21	2.848.152,78	63.526.925,78	
2043	6.956.652,83	4.126.491,35	2.829.161,48	66.356.087,26	
2044	7.166.843,49	4.157.064,00	2.999.779,49	69.355.866,75	
2045	7.388.585,64	4.360.362,03	3.008.223,61	72.384.090,36	
2046	7.581.152,00	4.430.386,57	3.150.765,43	75.514.855,79	
2047	7.802.591,59	4.395.036,80	3.407.554,79	78.922.410,58	
2048	8.039.762,48	4.490.481,91	3.549.280,57	82.471.691,15	
2049	8.600.065,15	4.547.916,22	2.052.148,93	84.523.840,06	
2050	6.739.712,32	4.503.423,20	2.236.289,12	86.760.129,20	
2051	6.890.573,08	4.523.502,63	2.367.070,45	89.127.199,65	
2052	7.049.447,56	4.563.025,69	2.486.421,87	91.613.621,52	
2053	7.215.651,63	4.586.677,56	2.628.974,07	94.242.595,59	
2054	7.390.579,02	4.633.943,01	2.756.636,01	96.999.231,60	
2055	7.573.338,01	4.658.394,37	2.914.943,64	99.914.175,24	
2056	7.765.769,07	4.730.716,07	3.035.053,00	102.949.228,24	
2057	7.965.582,04	4.802.699,79	3.162.882,25	106.112.110,49	
2058	8.173.241,86	4.876.981,87	3.296.259,99	109.408.370,48	
2059	8.389.083,21	4.952.269,33	3.436.813,88	112.845.184,36	
2060	8.613.538,45	5.027.216,30	3.586.322,15	116.431.506,51	
2061	8.847.146,66	5.104.539,11	3.742.607,55	120.174.114,06	
2062	9.090.316,27	5.181.519,81	3.908.796,46	124.082.910,52	
2063	9.343.643,25	5.260.929,37	4.082.713,88	128.185.624,40	
2064	9.607.593,48	5.316.366,06	4.291.227,42	132.456.851,82	
2065	9.884.244,29	5.396.250,89	4.487.993,40	136.944.845,22	
2066	10.172.892,82	5.453.097,63	4.719.795,19	141.664.640,41	
2067	10.475.643,15	5.536.343,41	4.939.299,74	146.603.940,15	
2068	10.791.758,39	5.593.177,94	5.198.581,45	151.802.521,60	
2069	11.123.630,10	5.678.401,69	5.445.228,41	157.247.750,03	
2070	11.470.499,20	5.736.688,38	5.733.812,82	162.981.562,83	
2071	11.834.884,91	5.797.084,59	6.037.800,32	169.019.363,15	
2072	12.217.713,44	5.858.117,10	6.358.596,34	175.378.959,49	
2073	12.620.055,33	5.918.244,42	6.701.810,91	182.080.770,40	
2074	13.043.137,76	6.008.213,02	7.034.924,74	189.115.695,14	
2075	13.486.416,77	6.069.872,36	7.416.544,41	196.532.239,55	
2076	13.952.804,78	6.133.757,07	7.819.047,71	204.351.287,26	
2077	14.443.556,95	6.196.703,56	8.246.853,39	212.598.140,65	
2078	14.960.193,55	6.233.134,44	8.727.059,11	221.325.199,76	
2079	15.505.860,74	6.297.107,04	9.208.753,70	230.533.953,46	
2080	16.080.650,05	6.383.393,46	9.717.256,59	240.251.210,05	
2081	16.686.172,18	6.428.701,64	10.257.470,54	250.508.680,59	
2082	17.324.332,01	6.486.370,64	10.827.961,37	261.336.641,96	
2083	17.996.948,40	6.532.787,69	11.464.160,71	272.800.802,67	
2084	18.707.966,14	6.601.565,52	12.106.400,62	284.907.203,29	
2085	19.457.749,96	6.669.323,41	12.788.426,55	297.695.629,84	
2086	20.248.689,33	6.708.364,64	13.540.324,69	311.235.954,53	
2087	21.084.978,22	6.777.225,54	14.307.752,68	325.543.707,21	
2088	21.967.552,94	6.814.994,97	15.152.557,97	340.696.265,18	
2089	22.901.056,33	6.886.770,86	16.014.285,47	356.710.550,65	
2090	23.886.506,86	6.925.832,69	16.961.474,17	373.672.024,82	

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 6 - RECEITAS, DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

2018				
2091	0,00	0,00	0,00	373.672.024,82

Nota: Projeção atuarial elaborada em 14/06/2017 .

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso VI)

Valores em R\$, 00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS		RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
		2018	2019	2018	2020	
Multa Juros Mora Imp. Prop. Terr. Urbana - IPTU	Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado	Multas Juros Mora Div. Ativa Imp. Prop. Territorial.		5.000,00	5.000,00	Nos termos do inciso I, do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/00), a renúncia foi considerada na estimativa da receita, mantendo-se o equilíbrio financeiro.
				5.000,00	5.000,00	
<b>Total</b>				<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

### DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM J. DA PENHA

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

Entidade: INST.PREV.SOCIAL DE B J PENHA - PREVBOM

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00



# ANEXO DE RISCOS FISCAIS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2018

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

PROVIDÊNCIAS

Descrição	Valor	Valor
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	0,00
Assunção de Passivos	0,00	0,00
Assistências Diversas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

R\$1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00	0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00	0,00
Discrepância de Projeções	0,00	0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

INST. PREV. SOCIAL DE B. J. PENHA - PREVBOM

PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Valor	Valor
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	0,00
Assunção de Passivos	0,00	0,00
Assistências Diversas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2018

Restituicao de Tributos a Maior	0,00	0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00	0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM J. DA PENHA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Proceder a abertura de créditos adicionais utilizando-se para tanto a reserva de contingência fixada na Lei Orçamentaria Anual para acobertar resultados de julgamentos de processos judiciais.	100.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	50.000,00	Proceder a limitação das despesas, com vistas ao equilíbrio financeiro	50.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>		<b>150.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	500.000,00	Proceder a limitação das despesas, com vistas ao equilíbrio financeiro.	500.000,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>500.000,00</b>		<b>500.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>650.000,00</b>		<b>650.000,00</b>

# MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA

## Índice Geral

Relatório	Página
Texto da Lei da LDO	3
Demonstrativo 1 - Metas Anuais	15
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	16
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	17
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	18
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	19
Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS	20
Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	23
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	24
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	26

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

Escritório de Contas Gerais

Certifico em conformidade com o art. 112 da LOM que o presente ATO foi publicado no painel de publicações da sede da Prefeitura Municipal, sito a Praça Dom Inácio, nº 200 Bairro Centro, nesta data

Bom Jesus da Penha

14, 06, 17

  
Servidor Responsável